
MAIS DE PERTO, MIL FACES SECRETAS SOB A FACE NEUTRA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A HETEROGENEIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

LUCÍLIA MARIA SOUSA ROMÃO*

RESUMO

Esse trabalho discute a heterogeneidade enunciativa do discurso jornalístico, no qual falam as várias vozes do redator, do repórter, do entrevistado em uma justaposição de sentidos recortados, corrigidos, ajustados e/ou revistos pelo editor. Baseado nas condições de produção atuais, em que as mídias têm um papel poderoso, e fundamentado pela Análise do Discurso de matriz francesa, este estudo investiga o “chapéu da notícia”, marcando como a ideologia naturaliza certos sentidos, fazendo-os parecer evidentes e óbvios.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso jornalístico, sujeito, ideologia, heterogeneidade enunciativa.

Lutar com palavras? É a luta mais vã/ entanto
lutamos/ mal rompe a manhã.

Carlos Drummond de Andrade

Em “Chega mais perto e contempla as palavras/ cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra”, o poeta itabirano lança a certeza de que as palavras têm superfícies secretas, opacas e nebulosas, até mesmo quando se pretende o efeito de exatidão e objetividade. Esse postulado de que a linguagem não é o terreno da clareza nem da univocidade, mas palco de sentidos incompletos, obscuros e território de faltas, traz uma contribuição especial aos estudos sobre o discurso jornalístico, pois compreende e interpreta o lugar onde a informação e

* Professora Doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.
E-mail: tantpalavras@uol.com.br

a mensagem se supõem onipotentes e seus autores, senhores de seu dizer.

Buscando desautorizar essa região de sentidos, que pretende a transparência dos dizeres do jornal e o controle absoluto das informações nele manifestas, lanço mão, ao longo deste trabalho, de dois momentos de discussão, antes da análise dos dados: no primeiro deles, faço algumas considerações sobre as empresas de comunicação no Brasil e a produção da notícia; depois uma abordagem dos postulados teóricos da Análise do Discurso de matriz francesa, que servirão de eixo teórico e metodológico para a interpretação do lugar imaginário e simbólico de dois “chapéus da notícia”, colhidos no jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) ao longo do segundo semestre de 2004. Durante todo esse trajeto, o verso do poeta retumba e produz eco, condensando-se em perguntas, que, mesmo sem a pretensão de responder, deixo aqui: é possível contemplar quais faces sob a face neutra dos relatos jornalísticos? Que sentidos são falados ou silenciados no chapéu da notícia, que se pretende informativa e exata reprodução da realidade rural brasileira? Que cifras, códigos e recortes nos reservam o discurso jornalístico, quando o tema central é a luta pela terra e os movimentos de reivindicação da reforma agrária?

UMA NARRATIVA INVENTADA A CADA INSTANTE

Existe uma tradição avantajada de estudos sobre o papel da mídia hoje, questão esta que tem merecido espaço crescente nos estudos acadêmicos, tanto pelo excesso de informação veiculada por meio impresso, televisivo, radiofônico e eletrônico, quanto pela aceleração na difusão de dados nesses suportes. Num piscar de olhos, quantidade e velocidade se cruzam e dão origem ao fruto que, desde o final do século passado, tem sido engolido vorazmente pelos habitantes da aldeia global em uma enxurrada de dados, cuja extensão não é pequena: programas de TV gratuita e a cabo; publicações impressas e eletrônicas para todos os gostos, preferências, religiões, idades e etnias; jornais diários e boletins

mensais; portais eletrônicos atualizados a cada hora. O tamanho dessa cadeia e a sua dimensão levaram Moraes (1998) a apelidar a sociedade atual de teleinfocomunicacional.

A velocidade do trânsito de informações faz parecer natural que todas as pessoas tenham acesso ao mundo ao vivo, *on-line* e em tempo real, e o leiam assim como uma estréia permanente. Dificilmente percebe-se que a meta-narrativa sobre o mundo, criada pelo discurso jornalístico, se alimenta justamente do motor da novidade, da pressa e da superficialidade. Isso pode ser comprovado se observada a sede com que as redações jornalísticas buscam furos, fatos exclusivos, reportagens inéditas e depoimentos nunca vistos, apresentando-os como fatos puros, naturais e objetivos. Sobre isso, Arbex (2001, p. 103) afirma:

A mídia cria diariamente a sua própria narrativa e a apresenta aos telespectadores – ou aos leitores – como se essa narrativa fosse a própria história do mundo. Os fatos, transformados em notícias, são descritos como eventos autônomos, completos em si mesmos [...] Qualquer crítica séria da mídia deve ter como pressuposto, necessariamente, a “desnaturalização” dos fatos e das notícias apresentados enquanto tais pela mídia. “Fatos” e “notícias” não existem por si só, como “entidades naturais”. São designados por alguém (por exemplo, por um editor), por motivos (culturais, sociais, econômicos, políticos) que nem sempre são óbvios.

Nos sintomas de velocidade das notícias e de permanente atualização dos fatos como dados naturais, funciona um imaginário que faz parecer ao cidadão comum que o mundo e a realidade nacional lhe estão disponíveis o tempo todo; sempre prontos a serem consumidos como produto e usados como adereço, sejam feitos de que matéria for. Assim, um terremoto, a região de fome no continente africano, o casamento da modelo internacional, o acidente aéreo etc. transmutam-se em pílulas de consumo diário, sem as quais o aldeão da modernidade não conseguiria viver, seria banido da sociedade da informação e, por fim, entregue à ignorância e à exclusão.

O fato é que existe hoje um imperativo para que as pessoas, o tempo todo e em todas as idades, se mantenham plugadas, conectadas, informadas, ligadas em rede, presas ao comércio da informação e sejam consumidoras das empresas que as produzem. Longe de ser uma impressão solitária, essa é uma realidade que dialoga com investimentos crescentes no país e no mundo. O setor de comunicação e entretenimento engorda a olhos vistos; cresce em recordes de vendagem com cifras de muitos zeros, acumulando, juntamente com o crescimento financeiro, o prestígio de informar, de apresentar a realidade como mercadoria ou espetáculo, controlando os sentidos que circulam sobre ela. Sodré (1992, p. 43) assegura:

O setor cada vez mais responsável pelo controle desse imaginário [social brasileiro] – imprensa escrita e radiodifusão – é um dos mais centralizados ou monopolistas do país. E também um dos mais familiares: nove clãs controlam mais de 90% de toda a comunicação social brasileira. Trata-se de jornais, revistas, rádios, redes de televisão, com mais de 90% de circulação, audiência e produção de informações.

Nessa linha de raciocínio, vale ressaltar que os meios de comunicação, informação e entretenimento têm poucos donos: clãs familiares, que se mantêm detentores de concessões de rádio e televisão, são donos de produtoras de vídeo, jornais e revistas, apresentam um fôlego financeiro invejável e são responsáveis por quase tudo o que se lê, ouve, assiste, acessa e/ou se compra em termos de informação. Segundo Moraes (1998, p. 107),

entre as proprietárias de grupos de comunicação, destacam-se as famílias Marinho (Globo), Civita (Abril), Sirotsky (RBS), Saad (Bandeirantes), Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Mesquita (*O Estado de S. Paulo*), Frias (Folha), Nascimento Brito (*Jornal do Brasil* e Sistema JB de Rádio), Alves (do empresário e ex-ministro Aluizio Alves, que possui o Grupo Cabugi de Comunicações [...]), Daou (TV Amazonas), Câmara (TV Anhanguera), Collor de Mello

(Organizações Arnon de Mello), Franco (do governador de Sergipe, Albano Franco [...]).

Essa fotografia marca quão cartelizado é o setor de comunicação, concentrado nas mãos de poucos e estratégico do ponto de vista de manutenção do poder dominante. Temos aí uma pilastra forte de mais um dos muitos sistemas de privilégios vigentes no país, em cuja conjuntura material engendram-se as condições de produção (PÊCHEUX, 1969) para que alguns dizeres sejam produzidos e outros silenciados no discurso jornalístico. Não seria possível avaliar esse quadro, sem tocar de perto a questão de/do poder que o sustenta, poder este que Silverstone (2002, p. 263) mostra a seguir:

Trata-se tão somente de poder, é claro. O poder que a mídia tem de estabelecer uma agenda. O poder que ela tem de destruir alguém. O poder que tem de influenciar e mudar o processo político [...] O poder de mudar o equilíbrio de forças: entre Estado e cidadão; entre país e país; entre produtor e consumidor [...] Trata-se do poder da mídia de criar e sustentar significados, de persuadir, endossar, reforçar. O poder de minar e reassegurar. Trata-se de alcance. E de representação: a habilidade de apresentar, revelar, explicar; assim como a habilidade de conceder acesso e participação. Trata-se do poder de falar e ser ouvido. Do poder de incitar e guiar reflexão e reflexividade. O poder de contar contos e articular lembranças.

Floresce, nessa rota de crescimento, concentração e poder, um imbricado desenho de interesses subterrâneos, em que a classe dominante, detentora dos equipamentos de transmissão cultural e de comunicação, filtra, recorta e seleciona um único sentido para circular, destinando todos os outros possíveis ao banimento, à marginalidade e ao silenciamento. É preciso, então, levar em conta o lugar social dos interlocutores, investigar de quais regiões de poder ele está investido, observar que posição o sujeito ocupa na ordem social. Sobre isso, Orlandi (1996, p. 138) assegura:

A partir da consideração do lugar social dos interlocutores, podemos dizer que os conhecimentos podem ser comuns, mas não iguais. Há desigualdade na distribuição dos conhecimentos, não há partilha. Essa desigualdade é jogada na interlocução. Há um jogo entre explícito e implícito que instaura aquilo que pode ser considerado como conhecimento atribuído por(a) um ou outro interlocutor. Não é um dado, é uma construção.

O fato é que o interlocutor do jornal – seu leitor – nem sempre chega mais perto das palavras para contemplar as faces secretas do discurso jornalístico, poucas vezes desnaturaliza as informações que recebe. Dificilmente lê as notícias pelo avesso e nas beiradas, fazendo apenas uma interpretação literal ou ingênua. Longe de expressar gestos de ousadia e crítica, o consumidor *fast-food* da informação sucumbe, sob o peso de dois processos que Arbex (2001, p. 89) define assim:

A “exaltação da novidade” cria outro paradoxo: a produção de uma quantidade brutal e incessante de informação também produz a “amnésia permanente”, e essa é produzida industrialmente – a cada dia, hora ou minuto –, o telespectador/ leitor é convidado a abandonar qualquer reflexão sobre determinado evento para se entregar ao “novo”.

Ainda segundo o autor, estabelece-se durante a exposição da narrativa jornalística, uma relação de hipnose em que o leitor fica paralisado diante do excesso e velocidade com que os dados são lançados sobre ele. Em seguida, a amnésia, o leitor se lembra de poucos fatos, informações esparsas ou quase nada do que viu, ouviu, assistiu, leu. Observo que essa amnésia deriva da impossibilidade de o leitor ocupar uma outra posição-sujeito diferente daquela em que o jornal significa e fala. Melhor dizendo, ao leitor é negada a possibilidade de um gesto emancipador de dialogar, confrontar e discordar do jornal, bem como lhe está interdita a via de desnaturalizar sentidos materializados nas páginas dos jornais e de refletir criticamente sobre o que a notícia deixou de dizer quando disse e em quais silêncios ficaram depositadas as mil faces

não-ditas do relato e do fato. Todo esse processo de produção e leitura de notícias não é gestado como algo fora da realidade das contradições sociais, mas engendrado justamente nelas e porque elas existem. Sabemos que os acessos no país não são distribuídos homogeneamente e que os gestos de leitura e interpretação são pouco vivenciados, ou seja, eles dependem de uma remessa ao interdiscurso, memória do dizer que sustenta todo o processo da significação e que não está disponível a todos da mesma maneira (PÊCHEUX, 1990). Tampouco o arquivo do leitor, “entendido como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1997), pode ser considerado largo, já que a hipnose e a amnésia se combinam conforme já defini anteriormente.

Assim, vale ressaltar que não é com todos os leitores que a notícia dialoga do mesmo modo, reverberando os mesmos ecos da memória e produzindo os mesmos efeitos de sentido, pois, como afirma Orlandi (1996, p. 138), “os conhecimentos não são partilhados pelos agentes do discurso” mas esses conhecimentos são socialmente distribuídos. Dito isso, também vale destacar que

[...] nem todas as todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas [...] enquanto outras parecem abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 1998, p. 37)

Mais uma vez retorna a pergunta do verso dummontanhoso: “trouxeste a chave?”, pois sem ela não é possível experimentar gestos de interpretação (ORLANDI, 1998).

Na maioria das vezes, sem chave interpretativa e sem interpretar a memória do dizer, segue o leitor arrastado pela imensa enxurrada de notícias, sobressaltado por uma frenética narrativa reinventada a cada segundo, ocupando a posição de receptor, mero depositário de dados, chancelado pela apatia e pela inércia, já que, para efetuar uma leitura crítica, ele precisa recorrer a um conjunto de indagações sobre a memória do dizer, sobre as condições de produção dos ditos e sobre o confronto entre vozes e classes inscritas historicamente.

Do ponto de vista da produção da notícia, o cenário não parece inerte. Pelo contrário, as ondas de rádio, as telas dos portais eletrônicos, as páginas impressas de jornais e revistas e as apresentações de TV nunca ferveram tanto em número. Em comum, eles registram uma marca: são fruto de uma linha de produção industrializada com trabalhadores que ocupam posições compartimentadas, em uma divisão social do trabalho que, grosseiramente, se aproxima da esteira da fábrica. Edições, cortes, acréscimos, recortes entremeiam o trabalho dos repórteres e redatores com os sentidos dados e/ou apagados pelo editor, cruzando, nesse entremeio, com a voz de entrevistados. Esse cruzamento de vozes é amarrado de maneira heterogênea, mas, ao mesmo tempo, tenta parecer um produto final e chegar ao leitor como efeito de unidade, neutralidade, exatidão e objetividade. Efeitos esses pretendidos e, não raro, vendidos como atributos diferenciais por certos órgãos de imprensa.

Se se pode parecer que o resultado manifesto no discurso jornalístico é exato e transparente, vale registrar que, durante todo o processo de edição e produção das reportagens e notícias, certos sentidos são dilatados e ganham mais destaque e espaço, ao passo que outros são apagados, cortados e impedidos de circular, constituindo-se pelas bordas e avesso do dizer, pelos seus silêncios e pausas lacunares. Há regiões de dizer em que o sujeito pode circular livremente, nas quais há legitimação para que ele diga, noutras ele deve se calar. Cabe ao sujeito, na posição de editor, colocar o dedo no texto do repórter; estabelecer os campos de sentido que podem e devem ser preenchidos; autorizar as zonas da memória que são bem-vindas e, em um movimento parafrástico, sempre retornam. Já existem outras áreas da teia do interdiscurso que se pretende esquecer e silenciar. Tal movimento é dado pela ideologia (PÊCHEUX, 1990), que determina onde o sujeito deve se instalar para dizer e quais efeitos de sentido ele pode e deve mobilizar para significar-se.

Ainda que, no discurso jornalístico, exista esse controle dos sentidos, o movimento de resistência e de indignação do sujeito não se cala nunca, então, os sentidos “marginais” escapam por outros espaços

do jornal, manifestando-se de forma cifrada por meio do riso, da crítica, da chacota, da metáfora, da alusão, da ironia etc. Aparecem em cartuns e charges, crônicas ou em textos independentes que são da inteira “responsabilidade” de seus autores (como se os demais não o fossem). Esse movimento tenso é a marca da injunção ideológica no/do ato de dizer e informar, em cujo jogo o sentido dominante cava o seu ofício de parecer evidente, natural, transparente e óbvio que se diga, escreva, noticie e publique algo. Parece óbvio, até que Drummond nos lembre que cada palavra “tem mil faces secretas sob a face neutra”.

TROUXESTE A CHAVE?

A indagação acima coincide com postulados caros à Análise do Discurso, dentre os quais destaco a não transparência e a não obviedade da linguagem. Em seu trabalho “Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, Pêcheux (1997b) postula que o funcionamento da linguagem, que, à primeira vista, pode parecer óbvio e facilmente compreensível, intervala sentidos silenciados, apagados, não-ditos e dispostos nas/pelas bordas do dizer. A chave interpretativa que trago aqui tem, como matéria, a certeza da existência de um mecanismo de naturalização, que cria o efeito de evidência (ORLANDI, 1996) e faz com que o sujeito do discurso “escolha” apenas uma formulação e “esqueça” todas as outras possíveis, tomando o sentido dominante como o mais fiel retrato da realidade e, no nosso caso, a notícia materializada no discurso jornalístico como a representação mais confiável do fato.

Como esse processo é dialético, movediço e inconsciente, ele é determinado pela ideologia que apaga a confrontação derivada da luta de vozes e a tensão constitutiva do ato de dizer algo e, ao mesmo tempo, calar tantas outras possibilidades. Não há, assim, uma equação capaz de matematizar esse processo, regularizá-lo sempre da mesma forma e fôrma. Assim, a esfera dos estudos discursivos compreende que a ideologia interpela o sujeito cujo sujeito do dizer e o constitui como uma

posição, em uma conjuntura sócio-histórica de tensas disputas pelo dizer e pelo poder.

As formações sociais (PÊCHEUX, 1990) ou o estado da luta de classes em determinada sociedade são determinantes para a emergência de certas representações e discursos, cujo palco de disputa se manifesta em atos de linguagem. Na superfície dos enunciados, materializam-se contradições, latejam litígios e disputas, que, pelo artesanato da ideologia, são permitidos de circular ou indesejáveis de serem ditos. A luta de vozes e a disputa política por espaços de dizer são entremeadas na/pela tessitura textual da mídia pelas mãos rendeiras da ideologia, que, como já coloquei antes, é entendida como o processo que determina o que pode ser dito em determinada situação (PÊCHEUX, 1990).

Sabendo que toda linguagem é social, que o discurso é efeito de sentido entre interlocutores e que a ideologia é artesã de representações imaginárias legitimadas ou marginais, é possível assegurar que o reino da transparência e da exatidão é tomado como equívoco teórico. No caso do discurso jornalístico, vale destacar que, ao mesmo tempo em que um sentido dominante se impõe e uma linha editorial é firmada, outros sentidos podem irromper de modo imprevisível, colocando espaços de resistência, dizeres marginais, campos semânticos indesejáveis e não legitimados em cena.

Um exemplo disso pode ser percebido em relação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em geral, as linhas editoriais dos grandes órgãos de imprensa são hostis aos movimentos sociais e especialmente condenatórios em relação à organização dos sem-terra. As regularidades discursivas que estudei no doutorado (ROMÃO, 2002) apontam nessa direção e mostram a existência de uma memória caudatária, que promove a associação de camponeses politicamente organizados à condição de quadrilhas.

Mas, ainda que esse seja o sentido dominante, há espaços no discurso jornalístico em que esses sentidos falham, faltam e se equivocam, marcando espaços de humor, de crítica, com efeitos de sátira, gozação,

ridicularização de ruralistas ou organizações conservadoras. É interessante registrar que ao gesto de proibir e censurar, interditar e tornar inaceitável dizer corresponde o movimento do sujeito de resistir e se deslocar, para dizer de outro modo, falar de outra forma e manter acesa a fagulha da indignação.

A luta de vozes, que perpassa os ditos do jornal, não se cala, pois ela é reflexo de desigualdades de espaços, acessos, possibilidades e poderes dentro do sistema social vigente no país. Não só essa luta de vozes torna-se relevante para compreender e interpretar o discurso jornalístico, mas também a mistura de vozes merece atenção. Authier-Revuz (1990) elabora o conceito de que há duas formas de heterogeneidade do dizer: a constitutiva e a mostrada. No primeiro caso, como condição para a existência da linguagem, ela é implícita, não revela o nome do outro e trabalha na superfície da memória e do interdiscurso. No segundo caso, inscreve-se e mostra-se inscrita a voz do outro no discurso do sujeito, indicando a zona fronteira entre os dizeres, zona esta que se manifesta por meio de paráfrase, alusão, citação, referência a provérbio, transcrição de máximas, entrevistas, depoimentos, entre outras marcas. Que o outro sempre atravessa o discurso do sujeito, isso é certo; o que autora propõe são diferenciações em relação à entrada, forma e amostragem dessa imbricação de vozes.

Esse conceito me interessa porque, na cadeia de produção da notícia, várias vozes vão se justapondo, sendo recortadas e coladas e, de novo, recortadas, ora de maneira explícita, ora não. As mudanças processadas, desde a pauta até a edição final, falam e calam a engrenagem de vozes em cadeia, a saber, o registro dos dizeres escritos e falados pelos repórteres ou redatores, a fala dos depoimentos dos entrevistados e os ajustes finais do editor. Entre canetadas e tecladas, há apagamentos, acréscimos, deslocamentos, desvios e “correções” de sentidos, os quais são guardados como em uma caixa preta, à qual o leitor não tem acesso. Ele não pode visualizar o processo de produção, de elaboração dos enunciados e nem mesmo saber que alterações e deslizamentos de sentido

ocorreram no decorrer desse processo. A montagem da notícia faz parecer que o produto é uno, exato e objetivo, fruto apenas de uma voz – a do jornal –, mas não é. Os “re-cortes” se entrelaçam de modo tenso e conflituoso, derivados aqui também da disputa por espaços de significar, dos papéis e posições-sujeito de editor, do repórter, do entrevistado, do redator em jogo e do trabalho da ideologia.

Para o leitor, esse movimento de sentidos não aparece, fica interdito e desconhecido. O que foi navalhado na carne da reportagem original, o que foi suprimido por questão de espaço, o que não pôde ser dito naquele caderno, o que foi agregado ao fato, modificando os seus efeitos de sentido, aquilo que se curvou mediante o peso e a autoridade de uma editoria – tudo isso fica ausente, silenciado na embocadura do que foi dito e desaguado na foz do apagamento. Assim, não vejo a notícia como produto e/ou como a soma de todas essas vozes, mas como resultado de uma justaposição de vozes, derivada de relações de poder, em que um dizer se cola ao dito do outro, em que sentidos se misturam a tantas vozes e, por fim, em que uma voz abafa, ou pelo menos tenta abafar o outro.

CHAPÉU DA NOTÍCIA NA FOLHA IMPRESSA: UM ESTUDO DE CASO

O tema “reforma agrária” (ou “tensão no campo” como publicam alguns editores) tem merecido especial atenção nas editorias nacionais. Volta e meia, jornais diários e revistas semanais dedicam suas páginas a discutir entraves para o desenvolvimento na área rural, custos da reforma agrária, “revolução do agronegócio”, movimentos de luta pela terra e seus atores sociais. Igual relevância e desdobramento o tema tem ganhado nos noticiários televisivos e portais jornalísticos eletrônicos.

Dado o volume de inserções velozes e sempre novas sobre o assunto, chamou a minha atenção que, nas páginas impressas e no portal do jornal *Folha de S.Paulo*, durante o ano de 2004, há diferentes formas de designação e localização desse tema para o leitor. Destaco que não é

lógico, óbvio, transparente, nem natural, a escolha da página em que a notícia é disponibilizada, a forma como ela dialoga com a fotografia, qual o impacto da manchete e da linha fina, que tipo de condensação de sentidos a legenda guarda, como os dizeres se inscrevem e escrevem o interdcurso. Neste artigo não falarei desses pontos, mas sim do “chapéu da notícia”.

Disposto acima da notícia ou reportagem, sempre colado à linha fina, esse lugar tem a função de situar o conteúdo da matéria para o leitor, de apresentar a ele referência sobre a notícia, indicando ali uma região de sentidos legitimados pelo jornal. O “chapéu da notícia” é sempre criado pelo editor, sai da sua mão e só a ele é dada a tarefa de – e a autoridade para – nomear o texto do repórter, batizando-o a seu modo. Isso marca, no mínimo, a fusão de duas vozes, a do repórter e a do editor, que passam a falar juntos, não em posição de simetria. O lugar que a reportagem, matéria ou notícia receberá no caderno e na página, o trabalho do editor e o chapéu da notícia marcam um lugar de dizer e de falar sobre o fato. Aqui marco a mistura de vozes como a presença de ecos, rastros, pegadas e vestígios de um sujeito, cujo dizer foi (en)coberto por outro.

Destaco que, nas grandes empresas jornalísticas, apenas o editor tem a noção do jornal pronto. Apenas a metáfora “chapéu da notícia” já seria motivo para uma discussão avantajada: trata-se de algo que cobre a cabeça da notícia, similar a um assessorio de acabamento que finaliza o produto, uma indumentária que fica em posição de destaque, bem visível e reina acima do corpo para adornar, destacar e atribuir respeitabilidade, prestígio político e importância social. Essa peça do vestuário humano identifica o poder de seu usuário e deve se encaixar bem ao tamanho e à conformação de sua cabeça; do mesmo modo, supõe-se que, no discurso jornalístico, ela funcione do mesmo modo, cabendo e encaixando-se no corpo da notícia.

Nesse momento, lembro-me de Authier-Revuz (1990), da sobreposição de vozes que constitui todo dizer, da fusão de ditos que se estende

a perder de vista nas páginas do jornal, mesmo quando ela não é mostrada nem marcada. Também penso no leitor que ingenuamente imagina que lê tal notícia (e seu chapéu) como síntese objetiva do fato ou resumo fiel da realidade, desconhecendo e “esquecendo” que ali falam sentidos atribuídos por um outro (ou tantos outros), que não o repórter nem o entrevistado; que ali foi construída uma engrenagem de relação e significação, só passível de ser entendida pela injunção ideológica derivada de uma esfera e hierarquia de poder.

Assim sendo, levantei dois chapéus de notícias divulgadas no ano de 2004, para designar a situação do campo brasileiro: o primeiro deles e mais recorrente é “Campo minado”. Sempre anuncia temas, ações, acontecimentos e fatos ligados aos movimentos de luta pela terra e/ou organizações de trabalhadores rurais, o MST em particular, tornando evidente que falar em reforma agrária e em distribuição de terra corresponde à tática belicosa, que envolve, entre outras coisas, confronto armado, bombas, guerra e, por conseguinte, sangue.

Essa materialidade lingüística evidencia que o jornal precisa lembrar, a todo instante, que a politização das massas no campo é perniciosa e que ele, na sua tarefa quixotesca de retratar o real, não pode deixar o leitor esquecer-se disso. As bombas que fazem explodir a tensão no campo e que mancham de sangue o verde das lavouras são instaladas aqui como a “re-presença” dos integrantes do MST, por exemplo. A alusão a um campo de batalha minado por bombas, que, escondidas, pegam o inimigo de calça curta, faz retornar a memória já dada sobre táticas de combate, uma necessidade de defesa diante de um inimigo e perigo dissimulado, posto que as bombas estão escondidas. Também dialoga com os jogos de animação em que é preciso prever onde estão enterradas as bombas, como se desviar delas e/ou destruí-las, antes que elas provoquem estrago. A apreensão de pisar em campo minado pode facilmente ser apreciada nos olhos de adolescentes em salas de jogos: o sobressalto diante de um perigo que ronda fantasmagoricamente a cena e o cálculo frio de um inimigo escondido, mas presente.

Transposta a metáfora do jogo eletrônico para o chapéu em questão, é possível dizer que também, no cenário nacional, é criado um discurso que legitima os efeitos de assalto à paz e à civilidade, só que agora todos os brasileiros estão diante do campo minado, apreensivos, amedrontados e ameaçados pelas bombas que os movimentos populares espalham em todo país. O sujeito deixa implícito que o campo é minado e perigoso, porque há um grupo que garante a sustentação desse aparato de terror, o MST. Isso faz falar duas posições: de um lado, o lugar do sem-terra, como aquele que tensiona as relações no campo, minando a paz e enterrando a cordialidade, tão comum em ambiente bucólico; de outro, toda a nação (e não só os latifundiários) passa a ser falada como refém de explosões de bombas, habitante inocente de um país cheio de espaços explosivos submersos, prestes a detonar. Na simetria dessas representações imaginárias, arma-se um confronto: sem-terra versus país inteiro, em um embate, que se desloca do campo da sensatez, da razão e descamba para o terror de um grupo que ameaça toda a coletividade.

Observo aqui que existe uma automatizada forma de ler e falar desse “campo minado”, sempre associado ao MST, de modo que essa tessitura textual é naturalizada, evidente e óbvia. No entanto, diferentes sentidos são instalados quando o mesmo jornal usa o chapéu “questão agrária” para materializar as vozes dos produtores rurais e/ou dos pesquisadores. Essa designação faz falar efeitos de seriedade e respeito para um problema, que agora, ao contrário dos efeitos de “campo minado”, merece ser discutido para além dos confrontos de guerra ou do território perigoso das paixões. Aqui se fala de um campo semântico, que apresenta discussões fundamentadas – frutos de estudos, notórias contribuições na área da agricultura e investigação da realidade rural brasileira – e que, por isso mesmo, são merecedoras da credibilidade do leitor. Em geral, esse chapéu é acompanhado pela avaliação de indicadores de produção, entrevistas com personalidades acadêmicas ou ruralistas, tabelas e gráficos, criando condições para que seja criada uma imagem

de respeitabilidade e endosso, que combina bem com a exposição da fala de autoridades (latifundiários e cientistas).

Também é possível registrar que, dito dessa forma, o problema do campo fica marcado como de interesse nacional, de domínio público e ganha legitimidade jurídica. Melhor: falado assim, o tema não faz nenhuma ameaça, nem oferece perigo, mas limita-se à superfície do debate sensato e racional, desviado de qualquer exagero ou “radicalismo”. Assim, ele paira acima de qualquer suspeita. Essa relação se estabelece por meio de um imaginário sobre o jurídico, que faz parecer evidente que só se deve discutir reforma agrária dentro da “legalidade”, seja das leis jurídicas, seja das leis acadêmicas, mas sempre fora do saber instalado pelas ações populares e pelas organizações de massa. Desse modo, o problema merece discussão na esfera das leis e não pode ser entendido como confronto entre posições, nem como tensão derivada de desigualdades sociais. Aliás, esses sentidos poucas vezes se instalam, no discurso jornalístico, em relação à reforma agrária.

Aqui o chapéu faz falar a reforma agrária em relação de proximidade com toda nação, como se houvesse um envolvimento e interesse igualmente compartilhado entre todos os cidadãos e os leitores do jornal. A equação imaginária alinha os brasileiros ao tema, colocando-o como se eles fossem beneficiados pela leitura de relatos e estudos da “questão agrária” e tirassem proveito dela, uma vez que o tema agora é de relevância nacional. No primeiro chapéu, a medida do medo, assalto e terror; no segundo, a dimensão do conhecimento e da “legalidade”.

Outras formas de designar temas ligados à reforma agrária são encontradas na FSP. Em outro trabalho (Romão e Pacífico, no prelo), interpretei os chapéus “Brasil profundo” e “Lavoura arcaica”, mas me limitei a esses dois campos, que litigiam e amplificam a luta de vozes tal como defini anteriormente. Por fim, vale lembrar que, juntamente com esse confronto, a sobreposição de falas e vozes indicia, de maneira heterogênea, aquilo que o poeta sabiamente deixou como alerta e inquietação:

Chega mais perto e contempla as palavras
Cada uma tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

Pela densidade e complexidade das questões aqui discutidas, resta ao leitor a tarefa de desnaturalizar o que está manifesto no discurso jornalístico com o gesto solitário de dizer “não”, dizer “não” ao que lhe é apresentado de fato e de chapéu.

CLOSER, A THOUSAND SECRET FACETS UNDER THE NEUTRAL FACE: CONSIDERATIONS ON HETEROGENEITY IN JOURNALISTIC DISCOURSE

ABSTRACT

This work discusses the enunciating heterogeneity of journalistic discourse and the way in which the several voices of the editor, interviewee, reporter speak in a juxtaposition of indented, censured and/or revised senses by the editor. Based on the conditions of the current production in which media has a powerful role and wellfounded by Discourse Analysis from the French matrix, this study investigates the news hat, establishing as ideology naturalizes certain senses making them seem to be clear and obvious.

KEY WORDS: Journalistic discourse, subject, ideology, enunciating heterogeneity.

REFERÊNCIAS

ARBEX, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AUTHIER-REVUZ. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas: Unicamp, n.19, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MORAES, Denis de. *Planeta Midia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Interpretação autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages*, Paris, n. 37, p. 7-80, 1975. [Tradução brasileira de GADET, F; KAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990].

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. 2002. 310p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. De ferida a cicatriz: a persistência do trabalho escravo no mundo dos agronegócios. *Revista Alfa*, Araraquara: Unesp. (No prelo).

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992.